

## A Democracia Compulsória

Evaristo Giovannetti Netto<sup>1</sup>

A história das idéias políticas ou a formulação do pensamento político desde os tempos mais remotos teve por um de seus eixos centrais a questão da forma de governo. A melhor forma de governo, é aquela suscetível de realizar o bem-estar e a felicidade do homem e ser garantidora da igualdade – sem o que liberdade nenhuma subsiste –, da justiça e da paz. Em torno desse eixo muitos outros temas gravitaram e outras vezes se altercaram, desde os mais abstratos até aqueles que guardam referência concreta com o desenrolar desse carretel de muitas pontas que constitui a vida cotidiana.

Ao longo do tempo, diferentes povos e nações experimentaram os mais variados regimes e formas de governo e não se pode afirmar com segurança que tenham vivido em plenitude a liberdade; muitos, sequer viram-na despontar no horizonte nebuloso da política e da História. Algum grau de servidão humana parece ter atravessado todos os tempos e regimes e logrado submeter os homens e sociedades inteiras, por períodos mais ou menos longos.

É pois, natural, que aqueles que se ocuparam dos assuntos humanos e fizeram incidir o olhar e a atenção sobre a política e sobre o curso tortuoso da História, tenham muitas vezes oscilado do ceticismo ao entusiasmo em relação às formas de governo e regimes concebidos pelo homem, entre eles a democracia e a ditadura nas suas mais variadas formas. Por certo contemplaram as promessas da revolução como possibilidade histórica e terão se defrontado também com uma realidade diferente em tudo da esperança.

As cidades da Hélade, de modo particular Atenas, foram tomadas por berço e símbolo de uma democracia que, jamais logrou ser absoluta e o exercício da tirania era também uma possibilidade que não se chegou a excluir das cogitações. (1) O fato de Sócrates ter sido condenado permite supor que ele teria sido uma voz discrepante e seu discípulo Platão pode ter encontrado nele o fundamento e inspiração para suas concepções aristocráticas. E, antes deles, Homero, na *Iliada*, passando por ventríloquo de Ulisses proclamara que “muita gente a mandar não me parece bem; um só chefe, um só rei, é o que mais nos convém.” (2) Por outras palavras, ter mais que um chefe, ainda que ungidos pelo voto, significava-lhe ser multiplamente infeliz, melhor ainda, ver sua desdita ser multiplicada pelo número de homens a que deveria servir e cuja autoridade deveria acatar.

Sabe-se que idéias e formas de governo não surgem aleatoriamente na cabeça deste ou daquele pensador ou líder político, antes, decorrem da realidade concreta, desse chão poroso da História, ajustam-se às circunstâncias e ao caráter de uma cultura e raramente se esgotam em uma única alternativa totalizante e hegemônica.

No caso de Atenas, que se tem por nascedouro das idéias democráticas, mais que da democracia propriamente dita, a construção de uma estrutura política democrática fora

---

<sup>1</sup> Doutor em História e docente do Centro Universitário Belas Artes

acompanhada e estimulada por transformações de ordem econômica e social lá ocorridas, conformou-se em torno de eixos básicos de reflexão que encontravam guarida na vida cotidiana dos atenienses, tais como a idéia de democracia, de igualdade, uma concepção de liberdade e a prevalência da lei, ainda que esta pudesse ser reformulada. Ressalte-se, entretanto, que, se de um lado, a cidade liberava o cidadão emancipando-o dos laços de sujeição a homens e grupos, de outra parte, impunha-lhe a sujeição à lei. (3)

O apogeu da democracia ateniense, sob o governo de Péricles, esteve, entretanto, bastante longe de obter a unanimidade que hoje cerca o conceito de democracia, do que terá sido exemplo a crítica, revestida de fina ironia, presente na obra de Aristófanes (444-385 a.C.), de todo refratário à demagogia e às inovações que abalavam os valores tradicionais e um crítico contumaz da depravação dos costumes políticos. (4)

De igual modo, Xenofonte (425-355 a.C.) investira contra a democracia ateniense que lhe parecia maculada pela divisão, indisciplina e incompetência, preferindo apostar no governo de um só homem. E Platão (428-347 a.C.) inclinara-se favoravelmente a um regime de perfil aristocrático, embora não contivesse a revolta em face dos excessos cometidos pelos tiranos, o que o levou a optar pela reflexão teórica em detrimento da militância política, refugiando-se na filosofia. Aristóteles (384-322 a.C.) chagara a conceber a democracia moderadamente com a constituição alicerçada na classe média e procurando aproximar os princípios democráticos e aristocráticos.

Como se pode ver, a idéia de democracia na Grécia Antiga, de modo muito particular em Atenas, não escapou ao crivo da crítica. “A Antigüidade – observa Bouthoul – já acariciava a esperança de um governo de sábios escolhidos pela sua erudição e pelas suas virtudes. Entretanto, a experiência mostrou que os sábios, ingressando na política, não se furtavam às servidões e aos problemas de seus colegas.” (5) Erudição e virtude é tudo o que não se pode esperar da grande maioria daqueles que hoje postulam os cargos públicos e pedem o nosso voto e é também bastante conhecido o modo como, uma vez eleitos se deixam enredar nas malhas da atividade parlamentar.

A renascença européia retomou os liames com a antigüidade clássica, e o lampejante gênio político de Nicolau Machiavelli (1486-1527) concebera a democracia, aparando-a moderadamente nos marcos do republicanismo, ainda que sua obsessão pela unidade política da Itália o tenha levado a depositar todas as esperanças na ação providencial de um Príncipe, favorecido pela virtú e pela fortuna. Em outras obras que não O PRINCIPE, Machiavelli mostrara-se republicano e amigo do povo e a república romana, no seu período florescente, se lhe configurava como a forma ideal do Estado. Favorável à liberdade de pensamento, posto que amante das discussões e tertúlias da vida política, julgava que uma abertura democrática podia ser boa e desejável, mas sem excluir, entretanto, a possibilidade de uma ditadura diante de situações de caráter extraordinário e por um período delimitado. (6) Fica bem claro em Machiavelli que um governo, uma autoridade ou um regime político responderá perante a História, não pelo fato de ter lançado mão deste ou daquele instrumento, mas pela resposta concreta e eficaz que lograr articular ao repto que o tempo e a circunstância lhe faz. O bem que a unidade política da Itália representava justificava por si só os males que a utilização deste ou daquele meio pudesse significar. Quatro séculos depois, na mesma Itália já unificada, outro notável pensador, Antônio Gramsci (1891-1937) atribuiria ao partido político, o papel de Novo Príncipe.

Etiénne de La Boétie (1530-1563), no seu DISCURSO SOBRE A SERVIDÃO VOLUNTÁRIA, inquietava-se menos pela rebeldia ocasional dos homens do que pela sua tendência dominante de se submeter ao poder dos tiranos e às leis iníquas, vinculando essa subserviência a uma moléstia coletiva de caráter epidêmico, um vício incurável que acometia os homens sob os sistemas autoritários, notadamente aqueles originários da civilização judaico-cristã.

A atualidade aguda dessa crítica sobrevive aos sistemas autoritários se considerarmos as estruturas coercitivas em que se apoiam, em grau maior ou menor, as democracias modernas, de tal forma que a liberdade de que se julgam e proclamam fiadoras e garantidoras não ultrapassa os limites que o poder estabelece e consente a ponto de se tornar – aqui e agora – uma referência fundamental de caráter único sob a égide do politicamente correto, em função do que se exclui da pauta de discussões qualquer alternativa que ultrapasse os limites da democracia representativa liberal, na mesma medida em que se elabora e repete até a exaustão um conceito de liberdade contido nos marcos do liberalismo e da globalização, que se esgota na formulação de opções que não ajudamos a formular e que a razão, tanto quanto o sentimento, repelem.

No século XVIII, Montesquieu (1689-1755), ao formular o conceito de lei como relações necessárias que derivam da natureza das coisas, rompe com o vínculo da política com a teologia e procura encontrar constâncias na variação dos comportamentos e formas de organizar a vida dos homens e julga possível estabelecer leis que regulam as relações entre eles. Fica bastante claro para o autor d’O ESPÍRITO DAS LEIS que o estado de sociedade comporta uma grande variedade de formas de realização e organização que se ajustam a uma grande diversidade de povos. Assim, pode-se concluir que a estabilidade de um regime ideal – república, monarquia ou despotismo – implica numa correlação entre as forças reais da sociedade que acaba encontrando expressão e forma nas instituições políticas.

Quando toma por objeto a democracia, Montesquieu ressalta que se um governo é monárquico ou despótico, o primeiro, pela força das leis, o segundo pelo braço do príncipe, num Estado que se pensa democrático e popular, é preciso antes de tudo a virtude, pelo que se entende um sentimento, mais que uma série de conhecimentos. “O amor à igualdade, numa democracia, limita a ambição apenas ao desejo, apenas à felicidade de prestar à pátria maiores serviços que os demais cidadãos. Estes não lhe podem prestar iguais serviços; mas todos devem prestar-lhe algum.” (7)

O mesmo Montesquieu ressalva entretanto, que a corrupção de cada governo começa freqüentemente pela dos princípios e acrescenta: “O princípio da democracia se corrompe, não só quando se perde o espírito de igualdade, mas também quando se assume o espírito de igualdade extrema, e cada um quer ser igual aos que escolheu para comandá-lo.” (8) Assim, não sobreviverá a virtude na República quando o povo, não podendo já suportar o poder em quem confia, deseja fazer tudo por si só, assumindo as funções dos magistrados e dos senadores. “O povo cai nessa infelicidade, quando aqueles em quem confia, querendo esconder a própria corrupção, procuram corrompê-lo. (...) Não será para admirar verem-se votos dados por dinheiro. Não se pode dar muito ao povo, sem que mais dele se extraia; mas para extrair dele, é preciso subverter o Estado. Quando mais pareça que tira vantagem da liberdade, mais o povo se aproximará do momento de

perdê-la. Ele forma pequenos tiranos com todos os vícios de um só tirano. Cedo se tornará insuportável o que resta da liberdade; surge um único tirano; e o povo perde tudo, até mesmo as vantagens de sua corrupção.” (9)

Conclui Montesquieu que a democracia, se quer sobreviver, deve evitar o espírito de desigualdade e o espírito de igualdade extrema, posto que o primeiro conduz à aristocracia, ao governo de um só e o segundo, leva ao despotismo de um só. Sensível e apegado à diversidade do mundo, a acuidade desse conservador iluminado ou iluminista moderado, próximo de John Locke (1632-1704), o pai do liberalismo, distingue os governos segundo as épocas e países, considera as fraquezas humanas valendo-se de um método que se apoia numa análise sociológica. Não incidiu e jamais cairia na esparrela de considerar que uma única forma de governo ou um único regime atende às especificidades de todas as sociedades em todas as épocas e condições.

O pensamento de origem anarquista, pela voz de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), identifica na comunidade a origem da opressão e servidão na medida em que limita a espontaneidade do espírito, o livre arbítrio na ação e no pensamento e destitui a pessoa humana de suas prerrogativas, mas, ao mesmo tempo, não deixa de revelar um acentuado ceticismo quando o escrutínio de que resulta um número, uma maioria, toma o lugar da tradição e da hereditariedade. Céptico da necessidade de tantos mandatários e representantes e da eficácia dos pleitos eleitorais, preferia acreditar que a liberdade, mais do que a expressão fria e abstrata da lei, se inscrevia nas entranhas e interstícios da vida cotidiana. “Não acredito – dizia ele – de maneira alguma, justificadamente, nesta intuição divinatória da multidão, que a faria discernir, logo de imediato, o mérito e a honorabilidade dos candidatos. Os exemplos são abundantes em personagens eleitos por aclamação e que, sobre as bandeiras em que se ofereciam aos olhos do povo arrebatado, já preparavam a trama de suas traições.” (10)

De modo particularmente acentuado no pós-guerra, a vitória dos países aliados contra as forças do eixo, tomou a forma de uma vitória da liberdade e da democracia e, por extensão de um determinado modo de vida. A idéia de democracia passou então por todas as mãos e vertentes ideológicas e, superada a Guerra Fria parte de uma esquerda claudicante e já desarvorada terá sucumbido ao fetiche que a palavra exerce, proclamando-a como valor universal a que nenhum povo, nenhum país, independente do seu grau de desenvolvimento e de sua cultura poderá se eximir de praticar, pelo exercício periódico do voto e pela alternância dos partidos no governo.

Sucumbiu-se assim a uma idéia monopolizadora que terá servido de biombo para todos os tipos de manipulações e distorções. Os finados regimes burocráticos do leste europeu nunca deixaram de se proclamar repúblicas populares e democráticas, máscara que logrou sobreviver à revolução húngara de 1956 e à Primavera de Praga (1968), mas que caiu por terra com a queda do muro de Berlim e com a débâcle da União Soviética.

Uma infinidade de golpes desfechados em todos os países da América Latina e África, aos quais se seguiram ditaduras sangrentas, foram desfechados sob o pretexto de defender a liberdade. E também em nome da democracia, pois não se podia conceber que qualquer outro país viesse optar por outro sistema que não o democrático-representativo, de extração liberal, o governo norte-americano – desembaraçado de qualquer escrúpulo – levou a cabo sua política intervencionista, ajudando a depor governos não confiáveis,

apoiando ditaduras militares municiando-as de sofisticados instrumentos de informação e tortura e/ou impondo a realização de eleições neste ou naquele país, como forma de encobrir seu domínio sub-reptício.

A emergência dos Estados Unidos da América como potência hegemônica e poder incontrastável tornou, enfim, uma temeridade investir contra os poderes democraticamente constituídos, submetê-los a uma crítica devastadora, expor suas mazelas e desnudar os partidos políticos, pois deve, antes de tudo, prevalecer a premissa de que são essenciais à fluência da liberdade, à alternância no governo e suposto apanágio das garantias individuais.

Repete-se à exaustão, não se sabe se por hábito ou por absoluta falta de repertório ou de imaginação, e com o evidente propósito de excluir do debate qualquer outra alternativa, a velha fórmula de Churchill, segundo a qual “a democracia é a pior forma de governo, excetuando-se todas as outras. E assim, por inércia, por falta de coragem cívica ou vigor intelectual, sucumbimos à mesmice e conformamo-nos com aquele sistema que se nos afigura o menos pior, dos males o menor, ainda que a um custo elevado que temos de pagar para manter instituições que se revelam cada vez mais impróprias e incapazes – pela estrutura e pela composição – para articular respostas aos grandes problemas que assaltam e comovem a sociedade contemporânea. Está-se a pensar, naturalmente, nas câmaras municipais, assembleias estaduais e nas casas do Legislativo Federal e nos próprios partidos políticos que nelas têm assento e representação. Em defesa dessas instituições, muitas vezes levantarão o argumento de que o remédio está nas mãos dos eleitores, aos quais caberia escolher melhor seus governantes e representantes em todos os níveis. O voto é a arma que colocam em nossas mãos! Devemos então comparecer às urnas, cumprir o dever cívico e escolher aqueles que vão tripudiar sobre nós nos próximos quatro anos!

Marx observa que “assim como na vida privada se faz a distinção entre aquilo que um homem pensa de si próprio e aquilo que realmente é e faz, assim, também, nas lutas históricas se deve fazer ainda melhor a distinção entre a fraseologia e as pretensões dos partidos, a sua constituição e os seus interesses, entre aquilo que eles julgam ser e aquilo que na realidade são.” (11)

A (re)leitura do 18 brumário de Luís Bonaparte tem o poder de despertar nossa consciência para a realidade dos fatos e para a falácia desses mecanismos, uma roda dentada de que não logramos escapar, uma rede insidiosa que tolhe cada movimento e torna inútil cada manifestação e que a todos exaure “pela constante repetição das mesmas tensões e dos mesmos relaxamentos; antagonismos que parecem agudizar-se periodicamente por si próprios apenas para se poderem enfraquecer e desaparecer sem se resolverem...” (12)

Quando o temor de passar por inimigo das liberdades públicas inibe a crítica às instituições supostamente asseguradoras da liberdade e do bem-estar geral, fecham-se as portas para o exercício da imaginação política. A palavra de ordem brandida aos quatro ventos, uma variante da ordem do dia militar, assim como a propaganda oficial largamente difundida pela mídia, atrofia-nos o pensamento e deslustra-nos o espírito.

Da mesma forma, a militância político-partidária, em função das teias de lealdade e cumplicidade com que nos envolve, inibe a crítica, ora em nome da disciplina, ora em nome do mais degradante fisiologismo. E a democracia, que, supostamente, deveria resultar da livre e soberana decisão, da vontade e da vocação de um povo, torna-se compulsória. É o regime a que todos devem se submeter sem discussão!

Se no mundo romano eram bárbaros os povos que não falavam latim e habitavam fora das fronteiras do Império, hoje, em plena Era Bush, passam por bárbaros os povos que não adotam o figurino democrático e não se submetem ao rito eleitoral. Os Estados Unidos outorgaram a si próprios uma missão civilizatória ocidentalizante e, finda a Guerra Fria, já desembaraçados de qualquer poder dissuasório, fazem-se passar por guardiões da democracia e assumem a zeladoria do planeta.

Machiavelli compreendia melhor que ninguém que o uso da força está sempre presente nos horizontes da vida política; é uma possibilidade que não se pode descartar, mas, com certeza, jamais teria imaginado que ela pudesse ser usada para impor a democracia a povos cuja cultura e história aponta para outras soluções.

A justíssima ênfase que se dá aos crimes de lesa-humanidade perpetrados pelos regimes totalitários ou até em nome da religião, dos quais a história oferece substanciosos relatos é mais que necessária, mas acabam por elidir os crimes e enormidades morais que também jamais deixaram de vicejar sob regimes supostamente democráticos, ou democráticos na forma estereotipada mais do que no espírito e na prática concreta, e que aparecem freqüentemente aditivados de um aparelho repressivo e ideológico de que nenhum governo parece abrir mão e de uma máquina de propaganda de alcance midiático, com extraordinário poder de corromper, manipular consciências e despertar nas mentes e corações expectativas de mudança que se desmancham nos primeiros atos do governo, caracterizando-se um verdadeiro estelionato eleitoral. Quando isso ocorre, o que se toma por democracia, mais se assemelha a uma afronta, a um consórcio ou conúbio indecente que reúne grupos em torno de interesses na mesma medida em que os afasta do povo que pretendem ou simulam representar.

Por conseguinte, se é compreensível que se clame por democracia e liberdade de expressão quando a ditadura e o autoritarismo, seja qual for a coloração, nos inibe e constrange e submete a sociedade ao arbítrio de um homem, aos apetites insaciáveis de um grupo ou ao espírito de corpo de um partido, é igualmente compreensível e defensável o desencanto, seguido de revolta e indignação que a corrupção que grassa nas democracias, como grassara também nas ditaduras, provoca.

É perceptível o desencanto e o ceticismo da maioria da população e sobejamente conhecida sua crescente inapetência em relação à política, particularmente à política partidária, além de sua impaciência em face dos rituais eleitorais aos quais muitas vezes, em alguns países, tem de se submeter compulsoriamente, sob pena de ter de prestar contas à Justiça Eleitoral. É também fácil perceber e registrar a indiferença ou o asco com que tem de se submeter à propaganda eleitoral obrigatória veiculada pelas emissoras de rádio e televisão, muito menos para educar e esclarecer do que para confundir e obscurecer, impingindo ao eleitor produtos de qualidade no mínimo duvidosa e, o que é pior, postulantes cuja vida não sobreviveria a uma investigação policial sumária e menos ainda a uma investigação de cunho jornalístico.

Não se conclua precipitadamente, das considerações até aqui expostas, que um regime autoritário, arbitrário e policialesco, que não encontre limites na lei, seja desejável e capaz de articular soluções para os problemas que afetam a maioria da população em muitos países e em todos os continentes, afinal a liberdade é sempre necessária e muitas gerações tolhidas pela ditadura já pagaram muito mais do que seria justo que custasse pela sua falta. Schwartzberg observa com acuidade que “uma sociedade que não possui canais que permitem medir as suas contradições, informar os governantes sobre elas, debatê-las livremente, caminha-se para o bloqueio e a esclerose”. (13)

Sabe-se que a ausência de liberdade não significa garantia de eficiência governamental e, menos ainda, a eliminação da corrupção que sempre logra enquistar-se e reproduzir-se no aparato burocrático do Estado, nos vãos obscuros das câmaras legislativas e, também, nos meandros da vida cotidiana, sempre que, em nome da sobrevivência, parcelas excluídas da população têm de optar por formas de navegação social que passam ao largo da lei, do trabalho formal. Mas daí não se pode concluir que esses mecanismos tradicionais de representação, maculados pelo descrédito e rejeição pública, sejam capazes de fazer fluir o debate, escapar do poder ardiloso dos grupos de influência e encaminhar soluções para os problemas já crônicos que atravessaram e sobreviveram a diferentes governos – democráticos ou autoritários – e a diversas legislaturas.

Há que se criar então os canais pelos quais a livre opinião possa fluir e, desembaraçada das amarras institucional e burocrática, possa produzir resultados. Defender a liberdade e a democracia não significa ser conivente e tolerante com a falcatura, a imoralidade e o tráfico deletério que se faz entre o público e o privado. Não se subestime o fato de que a crise das crenças e costumes, valores e referências éticas predispõe ao acolhimento de soluções que passam ao largo da vida civil e das normas institucionais, tornando-se suscetível de acolher lideranças carismáticas e oportunistas ou mesmo tecer liames de lealdade para com poderes paralelos ao Estado privatizado, cujo braço flácido, nervos debilitados e falência múltipla de órgãos e valores, torna ineficaz sua ação e até repelidas suas tentativas de intervenção.

Num caso ou no outro, ou seja, tanto nos períodos de abertura política quanto nos períodos de fechamento, é importante discernir entre as palavras e as coisas, entre as intenções e os fatos, entre o pretexto que terá sido útil para desfechar um Golpe de Estado e vilipendiar as liberdades públicas, os direitos e garantias individuais, de um lado e, de outro, os programas com que um partido ou uma coligação, às vezes espúria, obteve a maioria dos sufrágios e, legitimado pelo voto nos coloca a sociedade a mercê de arrivistas da pior espécie. É assim que seqüestram-nos o voto, escamoteiam a verdade das urnas e algumas poucas décadas, algumas poucas alternâncias, bastam para mostrar que a substituição de um partido por outro não implica em mudanças substantivas na vida dos cidadãos e, menos ainda, daquela legião de homens e mulheres cujo horizonte sequer contempla a idéia e a possibilidade do exercício da cidadania. Muito cedo, os novos depositários do poder revelam-se tão vulneráveis, tíbios, cínicos e deslumbrados, quanto aqueles aos quais se opunham e contra os quais vociferavam em altos brados.

O que se deseja afirmar aqui, apoiando-se nas lições da História e na realidade que, considerada sua característica multifacética e policromática, extrapola,

seguramente, os limites de toda a teoria e de todos os sistemas de governo, é que não existe um único remédio ou, por outras palavras, o remédio que num organismo produz efeitos benéficos, no outro resulta em malefícios e efeitos colaterais perniciosos. Não há povo que não tenha provado o doce e inebriante sabor da liberdade, sem antes ou depois ter experimentado o amargo, mas às vezes consentido o gosto da servidão.

Só um pensamento de todo estéril elimina outras alternativas em benefício de uma só. O pensamento que não alberga o contraditório é que é, pela sua própria natureza, antidemocrático. A reflexão que se atém ao rótulo sem verificar o conteúdo do produto, deixa-se enganar pela aparência.

Um olhar obsequioso e atento permite perceber que o que temos por democracia está (ainda) infinitamente longe de sê-lo. Quando a justiça claudica e o poder de alguns se abate sobre os fracos e indefesos ou quando sentenças judiciais são objeto de compra e venda, não se pode falar de democracia; quando uma relação incestuosa se estabelece entre os poderes constituídos ou entre o interesse público e o privado e quando o voto no Parlamento se transforma em moeda de troca, não se pode falar e tampouco pensar em democracia; quando o voto é escamoteado ou quando o exercício da cidadania fica a ele restrito, não se pode inferir que o que se tem se assemelha a democracia; quando a infidelidade partidária deturpa a representação e atraiçoa a vontade expressa nas urnas ou quando prevalece o espírito corporativo e o Parlamento legisla em causa própria, esfuma-se o ideal de democracia; quando a urdidura de alianças se faz a despeito de princípios e concepções de mundo ou se torna objeto de barganha que passa ao largo de referências éticas e de qualquer escrupulo, o que se tem é esbulho, mais que democracia; quando um enxame de parasitas de todo apartados do interesse público e indiferentes ao destino de suas cidades se locupleta nas câmaras municipais, também não é democracia o que se tem; quando a prodigalidade no uso do dinheiro público pelas autoridades constituídas tem por contrapartida a parcimônia nos investimentos em saúde, infraestrutura, educação e pesquisa, o que se tem é plutocracia mais que democracia; quando a definição de um modelo ou política de desenvolvimento não tem por premissa a participação de todos nos frutos do crescimento ao mesmo tempo em que desconsidera o valor da natureza, as inclinações do povo e o valor da cultura, o que se tem não é nem remotamente democracia; quando se estimula o individualismo exacerbado em detrimento das atitudes e valores congregantes que favorecem a ação comum e solidária, o que se faz é solapar na base a possibilidade de uma democracia compartilhada; quando em nome do combate ao terrorismo se promove a beligerância e, em nome da segurança se limitam as garantias individuais, também não é democracia o que se tem.

Todo o governo, seja qual for o formato pelo qual se apresenta ou as origens nas quais se estriba é corruptível e detém nas mãos de seus depositários ou usurpadores uma enorme capacidade de constranger seus súditos, alguns invocando a herança dinástica, outros legitimando plebiscitária, outros apoiando-se em discutíveis razões de Estado ou em maiorias obtidas através do processo eleitoral e outros ainda através de coup de main. Se é verdade que o poder absoluto e discricionário corrompe absolutamente, o poder que se obtém pelo voto, corrompe ampla e democraticamente também, afinal, o que um postulante a um cargo público não faz para se eleger?!

Os fatos estão aí para demonstrar que os povos imolam-se na luta pela liberdade e pela democracia da mesma forma que sucumbem ao fascínio de um chefe carismático

e populista; clamam pela liberdade quando dela são privados total ou parcialmente da mesma forma que clamam por ordem e autoridade, quando a liberdade e a democracia servem de biombo escuso para os favorecimentos de uma classe política que se aloja nas instituições representativas ou na burocracia estatal, em cargos mais ou menos visíveis, apegando-se aos seus cargos como crustáceos e valendo-se de um cipoal de leis que sempre guarda uma brecha para escapar da responsabilidade por seus atos e contando também, naturalmente com a dedicação de uma legião de causídicos.

O que define a natureza de um regime político e o seu grau de abertura ou fechamento é muito menos a vontade deliberada de um povo, manifestada pelo voto ou por alguma outra forma mais espontânea e menos convencional, ou o ato volitivo de um chefe, um condottieri que empalma o poder, do que pelas circunstâncias de tempo e lugar. A política, a natureza da cultura e a força das circunstâncias ou se se preferir a necessidade histórica, comporta flutuações, variações e opções não irredutíveis a um regime ou forma de governo que se pensa única e perene e menos ainda a um parecer técnico ou a uma aferição da vontade popular pela via eleitoral. “As formas que a humanidade não pára de engendrar – adverte Finkelkraut – possuem cada uma sua existência autônoma, sua necessidade imanente, sua razão singular”. (14) Os mesmos tanques e bombardeios que já lograram impor a ditadura pelo medo e pela repressão, alijando do poder, governantes livremente eleitos, hoje, ao sabor dos interesses e conveniências, afrontam as culturas dessemelhantes, estabelecem odiosos bloqueios econômicos, intervêm militarmente e depõem ditadores impondo a realização de eleições, tudo em nome da democracia e da liberdade de que se julgam guardiões vigilantes.

Mas o que é ser livre? Em que se resume a liberdade? Mais do que expressão fria e abstrata da lei, mais que redutível a uma forma de governo, a liberdade se inscreve nas estruturas e interstícios da vida cotidiana, anela-se com a vida econômica. “Ser livre – ressalta Unabomber – significa dominar (como indivíduo e como membro de um pequeno grupo social) as questões vitais da existência: a alimentação, o vestuário, o alojamento e a defesa perante as ameaças envolventes. Ser livre significa ter poder, não para dominar outras pessoas, mas para controlar as condições da nossa própria existência”. (15)

Inibidos pela odiosa patrulha do politicamente correto, deixou-se de por em discussão algumas coisas essenciais e, entre elas, os limites e a natureza dessas instituições e o próprio sentido da expressão democracia, que, esvaziada e expurgada de seu conteúdo originário, obscurecida sua origem histórica, passa a ser apenas um mecanismo de alternância periódica no governo, de partidos que nada representam, cujos programas se confundem e que se revelam de todo incapazes de suscitar qualquer esperança ou entusiasmo mobilizador. É compreensível e, até certo ponto saudável, que a grande maioria dos jovens fujam deles não sem expressar asco e repugnância. Encontrarão, por certo, algum porto mais seguro onde ancorar suas esperanças e outros meios de se expressar, outras formas de se organizar, visto que a delinquência, a venalidade, o fisiologismo e a esclerose tornaram-se características de todos os partidos.

Um tumor que por muito tempo terá ficado delitescendo no organismo político e social carece de biópsia urgente, se é que se tem ainda algum apreço pela liberdade que eles vilipendiam e pela idéia de democracia – em tudo diversa do que temos por

democracia – que se deseja ainda cultivar. Não a democracia formal que se circunscreve ao ato de votar e escolher entre opções que sequer ajudamos a formular e que foram engendradas mais para excluir do que para incluir, mais para escamotear do que para revelar. Ser tolerante e conivente com as mazelas que deixam de ser exceção para ser a tônica dominante da atuação dos homens que se pensam públicos, mas que se orientam por interesses privados e corporativos, e dos partidos políticos que lhes servem de albergue, um pouco por toda a parte, é seguramente a melhor forma de abrir caminho para uma recidiva autoritária. Quantos em cada dez brasileiros sairiam às ruas para defender o parlamento, caso este fosse fechado e cercado por uma tropa tendo a frente um general?

Se prevaricarmos no exercício do que ainda temos por senso de cidadania, deixando de submeter as instituições ao exame preventivo e à crítica contundente, expurgando-as da malta de salteadores e da choldra que delas se apossaram pelos caminhos mais tortuosos e métodos mais indefensáveis, não restará, por certo, alternativa outra que não proceder a autópsia da democracia e dos partidos políticos, estes já em estado terminal.

#### Notas.

1. O historiador Arnold Toynbee, cujo olhar atencioso incidiu poderosamente sobre a civilização helênica, identificou a vulnerabilidade das Cidades-Estado gregas no fato de que o estímulo e objetivo que conferia aos cidadãos só eram desfrutados integralmente por uma parte da comunidade, ou seja, pelos homens que tinham tempo disponível para freqüentar as praças onde os negócios públicos eram debatidos. Isso significava de facto, embora não de jure, uma situação de inferioridade para os cidadãos agricultores, cujas terras ficavam a alguma distância do centro cívico da polis. (HELENISMO, pp. 59/62). Outro historiador, Maurice Bowra, acentua que a vida social era a autêntica base da democracia ateniense e de seus grandes ideais: a igualdade de leis e a liberdade de palavra; o povo, isto é, os homens livres, depois de 510 a.C., constituíam o poder soberano, tomavam todas as decisões políticas, formavam os jurados, exerciam cargos públicos e tinham direito de falar livremente, sem que nenhuma consideração de ordem pública os estorvassem ou inibissem. Extrapolava, por conseguinte os limites do que entendemos por democracia representativa. As leis que regiam a vida de Atenas eram publicadas e conhecidas, mas podiam ser anuladas ou modificadas por decisão do povo. Péricles afirmava que a lei é aquilo que o povo decide. Em defesa da democracia ateniense, Bowra ressalta que “entre tantas sociedades que fizeram uso da escravidão, Atenas se distinguiu pela grande proporção de homens livres em relação aos escravos” mas não deixa de observar que as mulheres ficavam excluídas da vida política posto que o lar era seu lugar e o silêncio seu dever mais nobre. (Apud. CIUDADES DE DESTINO, PP. 40/47). Não obstante, cabe observar que a tragédia e a comédia gregas reservavam à mulher (Antígona, Lisístrata, entre outras) papéis especialmente significativos.

2. HOMERO – *Ilíada*, c. II.

3. Montesquieu retomaria essa concepção n’O ESPÍRITO DAS LEIS (1748), ao afirmar que “a liberdade política não consiste em fazer-se o que se quer. Num Estado, isto é, numa sociedade em que existem leis, a liberdade só pode consistir em poder fazer o que se deve querer e a não ser coagido a fazer o que não se deve querer. (...) A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; e se um cidadão pudesse fazer o que elas

proíbem, ele não teria mais liberdade, porque os outros também teriam esse poder.” (Livro XII, C. III).

4. Jean Touchard – HISTÓRIA DAS IDÉIAS POLÍTICAS (VI. 1), pp. 46/47.

5. Gaston Bouthoul – SOCIOLOGIA DA POLÍTICA, p. 137.

6. Walter Theimer – HISTÓRIA DAS IDÉIAS POLÍTICAS, C. IV, p. 95.

7. Montesquieu – O ESPÍRITO DAS LEIS, L. V, C. III.

8. Montesquieu – Idem, L. VIII, C. I/II.

9. Montesquieu – Idem, L. VIII, C. II.

10. Daniel Guérin (Org.) – PROUDHON – TEXTOS ESCOLHIDOS, p. 74. – Também Errico Malatesta (1853-1932) chama a atenção para os limites do voto ao afirmar que “o regime do sufrágio universal, mentiroso como todo o sistema parlamentar, não é de modo algum o governo da maioria – nem mesmo da maioria dos eleitores. É simplesmente um artifício com o qual o governo de uma classe ou de uma parcela, toma a aparência de governo popular”. – GRUPO ANARQUISTA 1º DE MAIO – MALATESTA – TEXTOS ESCOLHIDOS, p. 82. – A vida partidária e sindical tem sido deveras propícia ao aparecimento e ascensão de personagens medíocres e venais que valendo-se de condições e circunstâncias bastante propícias, ascendem pelo voto a cargos de alta relevância para os quais jamais se prepararam. Não são menos expressivos os exemplos daqueles que se apegam às facilidades e sinecuras que vicejam nas nervuras do poder.

11. Karl Marx – O 18 BRUMÁRIO DE LUIS BONAPARTE, p. 51.

12. Karl Marx – O 18 BRUMÁRIO DE LUIS BONAPARTE, p. 46.

13. Roger-Gérard Schwartzberg – SOCIOLOGIA POLÍTICA, p. 337.

14. Alain Finkielkraut – A DERROTA DO PENSAMENTO, p. 18.

15. Unabomber (Theodore Kaczynski) – MANIFESTO DO UNABOMBER. O FUTURO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL, p. 103.

### Referências bibliográficas

BOUTHOU, Gaston [1976] – SOCIOLOGIA DA POLÍTICA. Lisboa: Livraria Bertrand.

FINKIELKRAUT, Alain [1988] – A DERROTA DO PENSAMENTO. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GRAMSCI, Antonio [1980] – MAQUIAVEL, A POLÍTICA E O ESTADO MODERNO. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª.ed.

GRUPO ANARQUISTA 1º DE MAIO [1984] – MALATESTA – TEXTOS ESCOLHIDOS. Porto Alegre: L&PM.

GUÉRIN, Daniel (Org.) [1983] – PROUDHON – TEXTOS ESCOLHIDOS. Porto Alegre (RS): L & PM.

LA BOETIE, Etienne [1986] – DISCURSO SOBRE A SERVIDÃO VOLUNTÁRIA. Lisboa: Ed. Antígona.

MACHIAVELLI, Nicolló [2002] – O PRÍNCIPE. S. Paulo: Ediouro.

MARX, Karl [1990] – O 18 BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE. S. Paulo: Ed. Mandacaru.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Barão de La Brède e de [1973] – O ESPÍRITO DAS LEIS. São Paulo: Abril Cultural.

- SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard [1979] – SOCIOLOGIA POLÍTICA. São Paulo: Difel.
- SKINNER, Quentin [1981] – MACHIAVELLI. London: Oxford
- THEIMER, Walter [1970] – HISTÓRIA DAS IDÉIAS POLÍTICAS. Lisboa: Arcádia.
- TOYNBEE, Arnold J. [1968] – CIUDADES DE DESTINO. Madrid: Aguilar.
- TOUCHARD, Jean (Dir.) [1970] – HISTÓRIA DAS IDÉIAS POLÍTICAS (Vls. 1-4). Lisboa: Pub. Europa-América.
- UNABOMBER (Theotore Kaczynski) [1997] – MANIFESTO DO UNABOMBER – O FUTURO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL. Lisboa: Fenda Ed.
- WEFFORT, Francisco C. [1989] – OS CLÁSSICOS DA POLÍTICA (1). São Paulo: Ática.
- WOODCOCK, George (Org.) [1990] – OS GRANDES ESCRITOS ANARQUISTAS. Porto Alegre (RS): Ed. L & PM, 4ª.ed.